

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005901-58.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Manoel da Silva Santos**
 Requerido: **Mv Comércio de Veiculos Ltda e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

MANUEL DA SILVA SANTOS ajuizou Ação **DE RESCISÃO DE CONTRATO c.c. DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO e INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** em face de **MV COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA e ROMUALDO PROVINCIAL**, todos devidamente qualificados.

A petição de fls. 27/40 foi recebida como aditamento à inicial pelo despacho de fls. 41.

Aduz o Autor, em síntese, que no dia 18/02/2013 adquiriu dos requeridos o veículo Monza, de placa GLO 9082, pelo preço de R\$ 7.000,00. Na oportunidade, ficou acertado que o documento de transferência lhe seria entregue apenas com a quitação total do preço. Quando foi efetuar a transferência recebeu a notícia de que o inanimado estava bloqueado por ordem judicial. Sustenta que em 12/06/2015 o veículo foi apreendido pela autoridade de trânsito e encontra-se recolhido no pátio do DETRAN. Ingressou com a presente ação objetivando a rescisão do contrato e a devolução do valor pago, além de indenização por danos morais.

A inicial veio instruída com documentos.

1005901-58.2015.8.26.0566 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Devidamente citada, a corré MV COMÉRCIO apresentou defesa às fls. 53 e ss alegando que o vendedor reconheceu firma no documento de transferência no dia seguinte a venda, permitindo ao autor efetuar a transferência. O autor apenas transferiu o veículo para seu nome em 04/07/2013 e que o bloqueio foi efetivado em 22/07/2013 por ordem do Juízo da 2ª Vara do Trabalho. Sustentou que apenas intermediou a venda e que não tem qualquer obrigação depois da entrega do Certificado de Registro com firma reconhecida. No mais, rebateu os termos da inicial, impugnou a existência de danos morais e pediu a improcedência da ação.

O correquerido Romualdo foi citado e não apresentou defesa (fls. 67).

Sobreveio réplica às fls. 64/66.

Em resposta à determinação do Juízo foi carreado ofício pelo DETRAN às fls. 86/89.

Declarada encerrada a instrução, as partes apresentaram memoriais às fls. 103/107 e 108/109.

Eis o relatório.

DECIDO.

O veículo foi adquirido pelo autor em 18/02/13.

Somente em 27/07 do mesmo ano é que a 2ª Vara do Trabalho local lançou sobre o bem uma restrição de transferência. Já em

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

21/08/2014 veio a restrição de circulação pelo mesmo Juízo.

Quando realizou as pesquisas de praxe o autor certamente não encontrou qualquer impedimento a venda e o concretizou. Após ter reconhecido sua firma no recibo em 04/07/2013 deixou passar alguns dias e quando foi tentar a transferência perante o órgão de trânsito se deparou com a restrição.

Acabou ficando impossibilitado de circular com o veículo.

Quem vende um bem deve fazer boa a coisa vendida. Tanto o proprietário como o chamado “garagista”, que intermediou a venda respondem perante o autor que se viu, impossibilitado de utilizar o veículo, negociá-lo, ou mesmo exercer sobre o bem os poderes inerentes ao domínio.

Assim, a este Juízo, resta evidente que entre as partes há uma relação de consumo, pois o autor é destinatário final e hipossuficiente, enquanto a corré é fornecedora do referido bem, no mercado de consumo e o corréu revel o dono anterior.

Observa-se, no caso, a existência de um vício de qualidade, porquanto a pendência de bloqueio judicial, torna o bem impróprio ou inadequado ao fim a que se destina.

Destarte, cabe nesta demanda, a devolução do quantum pago, nos termos do art. 18, caput do CDC.

Em relação ao pleito de dano moral:


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Hodiernamente, o que se vê é a banalização do instituto do dano moral. Qualquer discussão ou mero aborrecimento dão azo a ações de indenizações por danos morais, desamparadas de fundamento e desacompanhadas dos requisitos essenciais da responsabilidade civil e do dano moral.

Veja-se:

“... Não há falar em indenização por dano moral se as sensações de dor moral não passam de mero aborrecimento. Não comprovando escorreitamente a autora os fatos constitutivos do seu direito (art. 333, inc. I do CPC) e restando, assim, indemonstrados os requisitos aptos a gerar o dever de indenizar, quais sejam, o evento danoso, o dano efetivo e o nexo causal entre o ato/fato e a lesão, é de ser negado o pedido de indenização por danos morais”. (TJSC; acórdão 2007.014592-7; rel. Des. Mazoni Ferreira, data da decisão: 10/05/07, com grifos meus).

Confira-se, ainda:

“CIVIL – Dano moral – CDC – Responsabilidade civil objetiva elidida – Inconfiguração – Ausência de prova de fato ensejador – Transtornos do dia a dia – Suscetibilidade exagerada. 1. A responsabilidade civil objetiva do fornecedor de serviços e/ou produtos fica elidida, porque cede diante da prova da inexistência de fato a dar ensejo ao dano moral reclamado. 2. Só deve ser capaz de causar efetivo dano moral, a ocorrência efetiva da dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade dos acontecimentos do cotidiano, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

bem-estar. 2.1. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazer parte do que rotineiramente acontece no nosso dia-a-dia, no trato com terceiros, no trabalho, no trânsito, entre amigos e até mesmo no ambiente familiar, tais situações não são tão intensas, profundas e duradouras a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo e suficientes a lhe ensejar sofrimento interno e profundo no seu âmago, provocativo de dano moral que mereça ressarcimento.

2.2. Ao contrário, seria tutelar de forma distinta e inadmissível quem, fugindo à regra da normalidade das pessoas, possui exagerada e descomedida suscetibilidade, mostrando-se por demais intolerante. Recurso da ré conhecido e provido para julgar improcedente a postulação inicial, dando-se por prejudicado o recurso da autora (TJDF – ACJ nº 20.010.810.023.985 – DF – 2ª TRJE – Rel. Des. Benito Augusto Tiezzi – DJU 01.04.2002). Para que seja devida a indenização por dano moral é necessário que o autor comprove a efetiva ocorrência de prejuízo com a configuração de abalo moral ou psicológico do ofendido". (TAPR – AC nº 188.323-6 – 1ª C. Civil – Rel. Marcos de Luca Fanchin – DJPR 31/10/2002 – com grifos meus).

Portanto, firmo convencimento no sentido de que o mero descumprimento contratual não é fato hábil a ensejar dano moral.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação para: a) rescindir o negócio havido entre as partes e b) condenar os postulados (solidariamente) a

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

pagarem ao autor, o montante constante do documento de fls. 13 (documento de transferência do veículo), ou seja, R\$ 6.800,00, com atualização monetária pela Tabela do TJSP, desde 18/02/2013 (data constante do referido documento).

O pleito de dano moral, fica rechaçado, conforme acima alinhavado.

Ante a sucumbência recíproca, as custas e despesas do processo serão rateadas entre as partes na proporção de 50%.

O autor deverá arcar com os honorários do patrono da corré MV, no valor de R\$ 880,00; a corré, por sua vez, deverá pagar honorários ao patrono do autor, no montante de R\$ 1.000,00, vez que sucumbiu em maior parte.

O veículo deverá ser devolvido pelo autor à corré MV Comércio de Veículos Ltda., no prazo de cinco (05) dias.

Publique-se e intimem-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 13 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**